

LEI Nº 3.235, DE 25 DE AGOSTO DE 2025.

Proíbe a contratação, o patrocínio, o apoio ou a divulgação de shows e eventos de artistas, grupos, entidades e profissionais do entretenimento que façam apologia ao crime organizado, à violência ou ao uso de drogas, custeados com recursos públicos, e dá outras providências.

O PREFEITO DE PALMAS

Faço saber que a Câmara Municipal de Palmas decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida a contratação, patrocínio, apoio ou a divulgação de shows e eventos de artistas do entretenimento que promovam apologia ao crime organizado, à violência ou ao uso de drogas, custeados com recursos públicos, no âmbito do Município de Palmas-TO.

Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se apologia:

I - ao crime organizado: qualquer manifestação artística que glorifique, incite ou defenda práticas relacionadas a organizações criminosas;

II - à violência: qualquer manifestação que promova ou justifique atos violentos, agressões ou comportamentos que coloquem em risco a integridade física ou moral de indivíduos ou grupos;

III - ao uso de drogas: qualquer manifestação que incentive, glorifique ou promova o uso de substâncias ilícitas, em detrimento da saúde pública e do bem-estar social.

Art. 3º A proibição prevista nesta Lei se aplica a:

I - shows, concertos, raves, festivais e eventos públicos;

II - apresentações teatrais, circenses ou de dança inadequada para crianças e adolescentes;

III - exibições de filmes, vídeos e documentários;

IV - qualquer outra forma de manifestação artística ou cultural promovida ou apoiada pelo Município.

§ 1º O Poder Executivo, por meio de órgão competente, deverá garantir que todas as atividades mencionadas estejam em conformidade com as disposições desta Lei, promovendo a análise prévia das obras e conteúdos a serem apresentados.

§ 2º Nos contratos de shows, apresentações artísticas ou eventos de qualquer natureza custeados pela Administração Pública Municipal, deverá constar cláusula expressa proibindo qualquer forma de apologia prevista nos incisos I a III do art. 2º desta Lei.

§ 3º A parte contratada deverá assumir, formalmente, o compromisso de cumprir a exigência estabelecida no parágrafo anterior.

§ 4º O descumprimento da referida cláusula poderá ser denunciado por qualquer pessoa, entidade ou órgão da Administração Pública à Prefeitura de Palmas, por meio da Ouvidoria do Município.

Art. 4º A violação das disposições desta Lei implicará em:

I - cancelamento imediato do contrato, sem direito à indenização à parte contratada;

II - sanções contratuais e multa no valor de 100% (cem por cento) do valor do contrato, revertida integralmente ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;

III - responsabilização do agente público que autorizou a contratação, podendo ser submetido a sanções administrativas, observados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 25 de agosto de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

(Originária do Projeto de Lei nº 75/2025, de autoria do Vereador Marilon Barbosa)